

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	28
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	30
10.5 - Políticas contábeis críticas	36
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	42

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

RISCO DE MERCADO

Riscos relacionados à variação cambial

A Celesc, suas subsidiárias e a controlada SCGÁS, não possuem empréstimos ou financiamentos em moedas estrangeiras. Porém, a Companhia está exposta ao risco de variações na taxa de câmbio decorrentes das operações na Celesc Distribuição S.A., onde parcela significativa da energia comprada para revenda é oriunda de Itaipu e, portanto, cotada parcialmente em dólar. A depreciação do Real com relação ao Dólar aumenta o custo de compra de eletricidade de Itaipu, uma das principais fornecedoras da distribuidora.

Apesar da relevância dos valores envolvidos, os riscos têm caráter exclusivamente financeiro (impacto momentâneo no caixa) não implicando em impacto econômico. Essa característica deve-se às particularidades do setor elétrico, mais especificamente, aos mecanismos de reajuste tarifário que as distribuidoras estão sujeitas, os quais consideram tais variações cambiais no custo da energia, permitindo que a concessionária recupere os valores desembolsados a cada revisão tarifária.

A SC Gás está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até junho de 2012 este risco está maximizado, pelo resultado negativo de variação cambial reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 5 milhões. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores são repassados ao consumidor quando da revisão tarifária.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

Risco de crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber realizando ações vigorosas de cobrança, contando, para tanto com equipe interna – em âmbito administrativo e jurídico.

No caso do fornecimento de energia elétrica a Celesc Distribuição pode fazer uso de ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Riscos ligados à restrição a crédito e aumento no custo de captação

A Celesc, enquanto Empresa de economia mista (controle estatal), encontra dificuldades de obtenção de crédito junto aos bancos oficiais, em especial o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio Econômico. Este fator decorre das limitações impostas pelo Conselho

Monetário Nacional – CMN ao Setor Público Estadual. A Resolução BACEN nº 2.827 de 30/03/2001 consolidou e redefiniu as regras para o Contingenciamento de Crédito ao Setor Público para captação de recursos junto ao BNDES, o qual veda a contratação de operações de crédito que tenham como beneficiários diretos ou indiretos os Estados controladores do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e entidades integrantes das suas administrações direta, indireta e fundacional.

Nesse contexto a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de custos potencialmente elevados advindos de captações necessárias para a expansão dos seus negócios. Tais riscos são de difícil mensuração, uma vez que não é possível precisar quais seriam os custos de captação no caso de acesso às linhas de crédito oficiais (geralmente de menor custo).

Riscos ligados à realização de estimativas patrimoniais.

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as empresas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. para instrumentos financeiros similares.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Aplica-se o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- a) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos Nível 1.
- b) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, Nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Celesc Distribuição S.A. é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Alterações no valor de avaliação desses ativos podem acarretar - como de fato acarretaram - em 2012, impactos significativos no resultado contábil. Procura-se mitigar esse risco monitorando-se os fatores determinantes da reavaliação dos ativos e da administração estratégica dos nossos ativos financeiros, sempre que a efetiva gestão se faça possível.

Perdas Possíveis, não Provisionadas

A Celesc Distribuição S.A. tem ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação da Superintendência Jurídica, para as quais não há provisão constituída.

RISCOS OPERACIONAIS

Risco quanto à escassez de energia elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

Risco de não renovação das concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica, além da distribuição de gás natural.

A Celesc Distribuição S.A. possui concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica até 07 de julho de 2015 e tem a expectativa de que esta seja prorrogada pelo poder concedente. Caso a concessão não seja prorrogada a Celesc Distribuição S.A. será indenizada pelos investimentos ainda não amortizados. Ainda assim, considerando a alta representatividade do faturamento da atividade de distribuição dentro do grupo os efeitos da não renovação da concessão de distribuição de energia elétrica são significativos.

Intervenção Política no mercado de Energia

As subsidiárias integrais e a controlada SC Gás, enquanto concessionárias de serviço público, estão sujeitas à intervenção política nos mercados em que atuam. Tais intervenções estariam ligadas, principalmente, a formação de preços dos produtos e serviços objeto das concessões, além de condições de prestação dos serviços.

O arcabouço regulatório brasileiro é relativamente maduro e também o Estado de Santa Catarina conta com uma própria Agência Regulatória. Desse modo, dada a configuração institucional Estadual e Federal, considera-se remota a possibilidade de pesadas intervenções arbitrárias. No entanto, em 2012 o advento da MP 579 trouxe consigo relativo aumento no grau de incerteza quanto ao resultado futuro das empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia, suas subsidiárias integrais ou sua controlada não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge). O entendimento da Administração da Empresa é de que os riscos discriminados no item 5.1 deste formulário foram consideravelmente mitigados por dois aspectos principais: (i) os avanços no ambiente macroeconômico brasileiro (estabilização e fortalecimento das instituições de mercado) e; (ii) a consolidação do processo de reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro vivenciado no início da década passada (2003 e 2004), e intitulado como o novo marco regulatório do setor.

O gerenciamento de riscos na Companhia segue as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto Social e Regimentos Internos, que determinam a existência e competência das auditorias interna e externa, as atribuições dos administradores, as responsabilidades dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, a adesão ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

Em abril de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, aplicável à CELESC e suas subsidiárias integrais. A referida política, ao estabelecer os princípios e as diretrizes que devem ser observados na condução dos negócios da Companhia irá melhorar todos os aspectos relacionados à gestão de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia informa que não houve ao longo do exercício social de 2012 nenhum fato ou evento que alterasse de forma relevante sua exposição aos riscos descritos no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A Companhia julga não haver outras informações relativas aos riscos de mercado que está exposta que sejam relevantes para a tomada de decisão dos investidores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética formulada pelo Governo de Santa Catarina, produzindo retornos satisfatórios aos investidores e auxiliando a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

Embora se tenha registrado em 2012, um resultado negativo da Companhia, essa ainda apresenta plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos.

Em 2011, o resultado havia sido fortemente influenciado pela atividade de distribuição de energia elétrica, com aumento do Lucro Líquido em 59,34%.

O resultado registrado em 2012 tem como causas principais: o abrupto crescimento do custo com a compra de energia, o reconhecimento das despesas com o plano de demissão voluntária e a avaliação de ativos e investimentos em sociedades (*impairment e deemed cost*).

Os gastos com energia comprada para a revenda representaram a principal razão para o resultado negativo verificado, visto que o aumento de 2012 em relação a 2011 foi de 40%. Ressalte-se que a energia comprada para a revenda representou 60% da despesa operacional líquida.

Na Celesc Distribuição, no terceiro trimestre de 2012, foi realizada a provisão do Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 que impactou negativamente o resultado em 290 milhões de reais. O programa contempla a saída de cerca de 20% do quadro efetivo atual e está baseado na estratégia da Empresa de adequação de seus custos operacionais e otimização dos processos. Houve, também, apuração do Valor Justo de sua participação de 15,48% na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, cujo laudo de avaliação econômico-financeira, alinhado ao Anexo III da Instrução nº 361 de 05 de março de 2002 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, apontou Valor do *Equity* de R\$355.171 mil, com valor por ação de R\$0,50. A participação no ativo para a CELESC foi de R\$54.980 mil (valor líquido do investimento) em 31.12.2012

Já na Celesc Geração, a avaliação dos ativos resultou na perda de aproximadamente 124 milhões de reais, em função dos efeitos valorativos decorrentes da decisão da não antecipação da renovação da concessão das usinas. Além disso, de acordo com a mudança na base de cálculo do PIS e COFINS a partir de Junho/2012, devido à revisão na interpretação de norma tributária que possibilitava incidência de alíquota reduzida para receitas auferidas em operações no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE e consequentemente a revisão dos lançamentos já efetuados, em atendimento a orientação da Auditoria Independente.

Muito embora a Celesc Distribuição represente cerca de 95% da receita operacional líquida do consolidado, a Centrais Elétricas de Santa Catarina vem se firmando cada vez mais como grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia e fornecimento de gás, as quais tornam-se cada vez mais expressivas.

Nas atividades de geração de energia, o volume produzido pela Celesc Geração registrou em 2011 uma redução de 6,22% relativamente a 2010. Tal redução teve origem na paralisação de duas usinas por cerca de dois meses, além do menor índice pluviométrico. A redução no volume de energia gerada ensejou a diminuição do Lucro Bruto em semelhante proporção. O aumento, porém, nos custos e a diminuição nas receitas financeiras tornaram o Lucro Líquido da Celesc Geração em 2011 37,38% menor que em 2010.

Nos últimos três anos a SC Gás teve redução de caixa e equivalente de caixa decorrentes do forte aumento no custo de aquisição

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do Gás Natural e variação cambial, e vivenciou uma instabilidade no âmbito regulatório, na qual - em desacordo com o que estabelece o Contrato de Concessão, foi negado em 2011, o repasse solicitado pela SCGÁS do aumento do custo do Gás Natural para as tarifas de venda.

Santa Catarina registrou em 2011 um aumento significativo na demanda por gás natural, o que influenciou positivamente as atividades da SCGAS. Do ponto de vista do resultado econômico, porém, a SC GÁS se viu prejudicada em função do reajuste tarifário permitido pelo Governo do Estado não haver contemplado a integralidade da elevação do custo de aquisição. A questão tarifária, portanto, foi responsável por uma diminuição de 37,38% no Lucro Líquido do exercício 2011 relativamente a 2010.

A SCGás, ainda sob efeito do descompasso entre o custo de aquisição do gás natural e o custo de venda do insumo, conseguiu realizar, em 2012, 100% do investimento planejado para o ano, totalizando R\$ 31,3 milhões. Ao longo da história, a Companhia realizou R\$ 428 milhões em investimentos. A implantação de 51quilômetros de novas redes de distribuição de gás natural possibilitou atingir a marca histórica de 1.000 quilômetros de rede em 2012.

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial verifica-se crescimento do passivo total, com predomínio para a porção circulante, o que, contudo, não compromete a liquidez - quer de curto como de longo prazo. Nesse sentido, o Grupo Centrais exibe índices de liquidez bastante conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>Análise da estrutura financeira e patrimonial</i> (em milhares de Reais)					Valor em 2012 (% da média 2009: 2011)
	2012	2011	2010	2009	
Patrimônio Líquido	1.900.780	2.174.531	1.940.507	1.737.793	97,43%
Receitas Líquidas	4.545.214	4.191.414	4.036.765	3.498.260	116,28%
Custos e Despesas (não financeiras)	5.052.575	3.752.582	3.763.726	3.409.940	138,73%
Lucro Operacional	-507.360	438.832	273.039	88.320	-190,21%
Receita Financeira Líquida	128.401	15.218	84.810	74.920	220,18%
Lucro Líquido	-258.366	323.887	273.516	124.399	-107,38%
Ativo Circulante	1.374.473	1.472.191	1.211.010	1.190.372	106,45%
Passivo Circulante	1.340.009	1.325.420	1.188.129	1.037.067	113,22%
Passivo Total	3.552.680	3.190.699	3.061.365	3.008.826	115,09%
Ativo Total	5.453.460	5.365.230	5.001.872	4.746.619	108,25%
Depreciação	163.104	155.810	155.306	140.063	108,45%
EBITDA (LAJIDA)	-344.256	586.689	421.685	192.101	-86,03%
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	-13,59%	14,89%	14,10%	7,16%	
Lucro Líquido / Receita Líquida	-5,68%	7,73%	6,78%	3,56%	
Ativo Circulante / Passivo Circulante	102,57%	111,07%	101,93%	114,78%	
Ativo Total / Passivo Total	153,50%	168,15%	163,39%	157,76%	
Passivo Circulante/ Passivo Total	37,72%	41,54%	38,81%	34,47%	
Patrimônio Líquido/ Passivo Total	53,50%	68,15%	63,39%	57,76%	
Lucro Líquido / Passivo Total	-7,27%	10,15%	8,93%	4,13%	

<i>Evolução dos Indicadores (2012-2010)</i>	
Evolução da Receita Líquida	12,60%
Evolução Custos e Despesas	34,24%
Evolução Receita Financeira Líq.	51,40%
Evolução Lucro Líquido	-194,46%

<i>Evolução dos Indicadores (2012-2009)</i>	
Evolução da Receita Líquida	29,93%
Evolução Custos e Despesas	48,17%

A rentabilidade sobre o patrimônio e a margem líquida vinham em trajetória crescente até 2012, quando foram prejudicadas, por fatores não recorrentes e exógenos. A composição dos ativos e passivos, de curto e longo prazo, mantém-se basicamente constante, denotando boa liquidez e capacidade de honrar seus compromissos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aponta-se no período, crescimento tendencial da Receita Operacional Líquida, contemporaneamente ao desproporcional aumento dos custos e despesas. Uma parte significativa desses diz respeito ao preço da energia comprada para revenda. Outros fatores como o Plano de Demissão Voluntária e Avaliação de ativos também tiveram efeito direto sobre os resultados. Do custo da energia espera-se a posterior compensação na tarifa e do Plano de Demissão Voluntária, projetam-se economias futuras relevantes. Ainda assim, o controle dos custos e a racionalização dos recursos tem sido objeto de constante atenção por parte da diretoria colegiada da Centrais Elétricas de Santa Catarina.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo, conservadores, além de lucros líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento, aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos empréstimos bancários, debêntures e Finame.

A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados.

	Consolidado			Controladora			Celesc Distribuição			Celesc Geração			SC Gás		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Patrimônio Líquido	1.900.780	2.174.531	1.940.507	1.900.780	2.174.531	1.940.507	1.342.956	1.484.443	1.214.163	247.965	306.345	260.870	194.119	186.598	201.017
Receitas Líquidas	4.545.214	4.191.414	4.036.765	0	325.914	0	4.348.617	4.031.621	3.888.854	68.493	51.810	54.747	619.141	489.370	453.307
Custos e Despesas (não financeiras)	5.052.575	3.752.582	3.763.726	27.097	14.231	0	4.749.289	3.632.601	3.696.357	171.146	32.452	28.100	583.901	425.094	336.560
Lucro Operacional	-507.360	438.832	273.039	-27.097	311.683	246.803	9.097.906	399.020	192.497	-102.653	19.358	26.647	35.240	64.276	116.747
Receita Financeira Líquida	128.401	15.218	84.810	-70.796	12.204	37.900	200.327	3.531	42.204	689	1.375	3.998	515	1.482	4.695
Lucro Líquido	-258.366	323.887	273.516	-258.366	323.887	273.516	-135.659	287.411	180.379	-70.379	13.804	22.043	23.609	43.981	80.778
Ativo Circulante	1.374.473	1.472.191	1.211.010	41.732	124.185	116.987	1.257.087	1.344.899	1.270.370	14.522	368.069	38.587	81.100	93.702	145.264
Passivo Circulante	1.340.009	1.325.420	1.188.129	4.730	87.275	92.577	1.286.463	1.256.551	1.186.992	15.809	395.301	18.366	125.507	119.964	132.626
Passivo Total	3.552.680	3.190.699	3.061.365	12.661	95.109	100.449	3.436.220	3.012.828	2.953.557	86.962	467.689	89.523	126.419	124.955	142.362
Ativo Total	5.453.460	5.365.230	5.001.872	1.913.441	2.269.640	2.040.956	4.779.176	4.497.271	4.167.720	334.927	395.301	350.393	320.538	311.553	343.379
Depreciação	163.104	155.810	155.306	0	1.535	3	152.038	143.032	144.961	6.256	6.859	5.962	27.142	0	25.684
EBITDA (LAJIDA)	-344.256	586.689	421.685	-27.097	-12.696	16.932	-248.634	542.052	337.458	-96.397	26.370	32.608	62.382	65.759	147.126
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	-13,59%	14,89%	14,10%	-13,59%	14,89%	14,10%	-10,10%	19,36%	14,86%	-28,38%	4,51%	8,45%	12,16%	23,57%	40,18%
Lucro Líquido / Receita Líquida	-5,68%	7,73%	6,78%	-	-	-	-3,12%	7,13%	4,64%	-102,75%	26,64%	40,26%	3,81%	8,99%	17,82%
Ativo Circulante / Passivo Circulante	102,57%	111,07%	101,93%	882,28%	142,29%	126,37%	97,72%	107,03%	107,02%	91,86%	93,11%	210,10%	64,62%	78,11%	109,53%
Ativo Total / Passivo Total	153,50%	168,15%	163,39%	15112,87%	2386,36%	2031,83%	139,08%	149,27%	141,11%	385,14%	84,52%	391,40%	253,55%	249,33%	241,20%
Passivo Circulante/ Passivo Total	37,72%	41,54%	38,81%	37,36%	91,76%	92,16%	37,44%	41,71%	40,19%	18,18%	84,52%	20,52%	99,28%	96,01%	93,16%
Patrimônio Líquido/ Passivo Total	53,50%	68,15%	63,39%	15012,87%	2286,36%	1931,83%	39,08%	49,27%	41,11%	285,14%	65,50%	291,40%	153,55%	149,33%	141,20%
Lucro Líquido / Passivo Total	-7,27%	10,15%	8,93%	-2040,64%	340,54%	272,29%	-3,95%	9,54%	6,11%	-80,93%	2,95%	24,62%	18,68%	35,20%	56,74%
Evolução da Receita Líquida	12,60%						11,82%			25,11%			36,58%		
Evolução Custos e Despesas	34,24%						28,49%			509,06%			73,49%		
Evolução Receita Financeira Líq.	51,40%			-286,80%			374,66%			-82,77%			-89,03%		
Evolução Lucro Líquido	-194,46%			-194,46%			-175,21%			-419,28%			-70,77%		

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

A estrutura de capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Desse modo, busca-se deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a permitir uma adequada remuneração do capital.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Alavancagem financeira e endividamento líquido			
(em Milhares de Reais)			
	2012	2011	2010
Empréstimos financiamentos e debêntures	388.819	371.098	320.341
menos: caixa e equivalentes	238.355	442.495	260.252
(=) Dívida Líquida	150.464	-71.397	60.089
Total do Patrimônio Líquido	1.754.332	2.174.531	1.940.507
Passivo Total	3.503.975	3.190.699	3.061.365
<i>Alavancagem financeira</i>	8,58%	-3,28%	3,10%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras.

Entre 2009 e 2011, a capacidade de pagamento da empresa, estimada pelo EBITDA (LAJIDA) aumentou mais de 200%, o que, considerado conjuntamente com o volume de passivos, demonstra a crescente capacidade tendencial da Centrais Elétrica de honrar os compromissos assumidos.

Em que pese a degradação dos resultados líquidos em 2012, todas as empresas do grupo continuam a possuir liquidez e solvência bastante satisfatórias.

A quase totalidade dos compromissos financeiros da Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, apresentando seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em setembro de 2012, a Celesc Distribuição, utilizou R\$19.846 mil do limite de seu cartão corporativo do Banco do Brasil. Este empréstimo teve seu vencimento em novembro de 2012, sendo remunerado com juros de 0,77% ao mês. Em outubro de 2012, visando atender as necessidades da Companhia, o Conselho de Administração autorizou captação de recursos para capital de giro da subsidiária Celesc Distribuição no valor de R\$110,0 milhões com remuneração de juros de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 6 (seis) meses para pagamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 14 de abril de 2011, a Companhia, por meio da subsidiária Celesc Distribuição, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com taxa de juros anual de 11,83 % mais IRP (Índice de Remuneração da Poupança). Tal operação contempla o montante de R\$ 80,0 milhões para utilização sob a forma de Capital de Giro, com prazo total de quitação de 18 meses e com carência de 12 meses para pagamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Tal situação não se aplica, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias possuem índices de liquidez seguros e contam, de regra, com suficientes recursos próprios a fim de cobrir as necessidades de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso da Centrais Elétricas de Santa Catarina e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na impossibilidade de empréstimos do BNDES. Desse modo, as empresas controladas pelo Estado tendem a ser menos alavancadas que as empresas privadas.

A companhia adota políticas conservadoras de captação de recursos financeiros, portanto os índices de endividamento da Centrais Elétricas de Santa Catarina são modestos. Muito embora em 2011 tenha havido maior concentração relativa do endividamento no curto prazo, a situação geral é favorável devido aos adequados índices de liquidez.

Em 03 de dezembro de 2007, a Celesc Distribuição, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento para Liquidação de Débitos para com a Celos, com aplicação de taxa de juros de 106% do CDI. Em 14 de abril de 2011, a Celesc Distribuição contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com aplicação de taxa de juros de 10,692% a.a. mais Índice de Remuneração da Poupança – IRP. Tal operação contempla o montante de R\$80 milhões, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL. Além disso, em 25 de setembro de 2012, a Celesc Distribuição utilizou R\$19,8 milhões do limite de seu cartão corporativo do Banco do Brasil. Este empréstimo tem juros mensais de 0,77% e vencimento em novembro de 2012.

O FIDC ou "Fundos de Recebíveis", é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc Distribuição ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência. De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia realizou em 16 de março de 2011, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nos moldes da Instrução da Comissão de valores Mobiliários CVM nº 476/2009, no valor total de R\$ 75,0 milhões, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos. Sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º mês, contando da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011. Em 29 de outubro de 2012 ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nos moldes da Instrução da Comissão de valores Mobiliários CVM nº 476/2009, no valor total de R\$ 80,0 milhões, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos. Sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa de 0,9875% ao ano, com base em 252 dias úteis. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º mês, contando da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures.

A Controlada SCGÁS possui um contrato de empréstimo junto ao BNDES, cuja finalidade é à ampliação de rede de gás natural. A garantia do financiamento é a manutenção dos títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato. Tal empréstimo possui vencimento final para 15 de novembro de 2013, com taxa anual de TJLP + 4%. Não há cláusulas relativas a *covenants* financeiros nos contratos de empréstimos mantidos pela Companhia

O Conselho de Administração da CELESC S.A autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para capital de giro da subsidiária Celesc Distribuição no valor de R\$110,0 milhões reais, com remuneração de juros de 7,55% ao ano com doze meses de carência e seis meses para pagamento.

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo):

Empréstimos						
(em Milhares de Reais)						
	Taxa Anual de Juros e Comissões	2012	2011	2010	Garantia	2012-2010
BNDES	TJLP + 4,50	898	4.008	17.474	Subordinada	-94,86%
Empréstimos Bancários	106% CDI / IRP + 10.692	60.637	103.376	45.472	Subordinada	33,35%
Eletrobrás	5%	157.602	151.092	140.510	Subordinada	12,16%
Finame	4,5 a 8,7%	30.656	27.713	4.281	Subordinada	616,09%
Debêntures	CDI +1,3%	17.677	21.484		Subordinada	-
FIDC - Celesc I	CDI + 0,95%	17.024	63.425	112.604	Subordinada	-84,88%
BNDES (SC Gás)	4% + TJLP	4.151	4.529		Subordinada	-
Total de Empréstimos		288.645	375.627	129.730		122,50%
Circulante		117.041	245.827	109.720		6,67%
Não circulante		171.604	129.800	20.010		757,59%

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante. Em 2010, cabe destacar, o crescimento em 40%, proveniente do aporte de recursos pela Eletrobrás, no valor de R\$ 54,5 milhões para cobertura financeira dos custos diretos do programa de obras de transmissão para o Estado de Santa Catarina, visando à recuperação do sistema

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

elétrico, no âmbito da concessionária, pelos projetos de subestações de tensão de 138KV e linhas de transmissão na tensão de 138KV.

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, cerca de 92% pertencem a Celesc Distribuição e referem-se basicamente a investimentos na rede de distribuição, subestações e, no caso do Finame, compra de equipamentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Do ponto de vista das garantias, todas as dívidas da companhia são subordinadas, sendo garantidas por recebíveis, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

(iv)eventuais restrições impostas ao emissor, em especial , em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante à alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica. Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 estabelece que é vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 55/1999 estabelece que é vedado a Celesc Geração ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A indústria de Santa Catarina manteve-se em linha com os padrões nacionais e encerrou o ano com fraco desempenho nos principais indicadores do setor. A atividade com melhor desempenho foi máquinas e equipamentos, com alta de 16,5%, impulsionada pela redução do IPI para a linha branca. O desempenho no ano ainda foi positivamente influenciado pela construção civil, que também aqueceu o comércio varejista em Santa Catarina.

Segundo a Federação das Indústrias de Santa Catarina, FIESC, no Estado os setores mais dinâmicos em 2012 foram o de máquinas e equipamentos, química e a indústria madeireira e de móveis. Setores, porém, como Plástico, veículos automotores, peças, material elétrico e de comunicação e aparelhos elétricos registraram franco desaquecimento da produção (com quedas superiores a 10%). O comércio varejista catarinense, por sua vez, apresentou desempenho sensivelmente inferior ao atingido pelo Brasil, exceto pelo comércio de materiais de construção. No que tange ao comércio exterior, tanto as importações como as importações de Santa Catarina estiveram bastante abaixo dos níveis brasileiros, com quedas superiores a 5% em relação ao ano passado.

O ano também foi especialmente turbulento para o Setor Elétrico por conta do anúncio das novas regras para prorrogação das concessões, permitindo a antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017. Sem alterações significativas para a área, a Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma muito estratégica, as determinações da MP 579, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro.

O Índice BOVESPA – Ibovespa fechou o ano de 2012 com valorização de apenas 7,40%. O Índice do Setor de Energia Elétrica - IEE apresentou baixa expressiva de 11,72%, reflexo principalmente pelas medidas adotadas pelo governo federal para renovação das concessões através da medida provisória MP579/2012, que afetou significativamente as empresas do setor elétrico.

Diante deste cenário, as ações preferenciais da CELESC – PN apresentaram desempenho negativo com desvalorização de 20,12%, já incluso os ajustes de proventos. As ações ordinárias – ON recuaram 53,75% em relação ao fechamento de 2011.

a.resultado das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua basicamente nas atividades de distribuição de energia, geração de energia e fornecimento de gás natural, sendo, tendo como principal setor o de distribuição de energia elétrica, muito embora as atividades da Distribuição ,nos últimos três anos, são responsáveis por mais de 95% da Receita Líquida, as empresas de geração e fornecimento de gás têm uma importância relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo.

<i>Lucros Individuais e participação proporcional</i>			
<i>(em Milhares de Reais)</i>			
	2012	2011	2010
Lucro Líquido	-258.366	323.887	273.516
Celesc Distribuição	-135.659	287.411	180.379
	52,51%	88,74%	65,95%
Celesc Geração	-70.379	13.804	22.043
	27,24%	4,26%	8,06%
SC Gás (17%)	4.014	7.477	13.732
	-	2,31%	5,02%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A presença de resultado negativo em 2012 dificulta a análise da contribuição das empresas do grupo sobre o resultado final. Sob o ponto de vista da Receita Operacional Líquida a Celesc Distribuição contribui com cerca de 95%, a Geração quase 2% e a parcela proporcional da SC Gás agrega à receita operacional líquida do grupo o equivalente a 2,5% aproximadamente.

A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez que cada segmento tem determinantes próprios. A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como também os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo total de energia elétrica em nossa área de concessão somou 21.205 GWh no ano de 2012, um incremento de 6,1% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre) quando comparado ao mesmo período de 2011.

A classe industrial, que engloba 43,5% do total consumido, somando 9.224 GWh, apresentou incremento de 4,5% em relação ao acumulado de 2011. Na classe comercial, que representa 16,4% do todo consumido, o incremento foi de 12,7%, com consumo de 3.479 GWh. A classe residencial, que equivale a 21,9% do mercado total da Celesc, consumiu 4.637 GWh, evolução de 5,2%. As demais classes (rural, iluminação, poderes e serviços públicos e suprimento de energia), que correspondem a 18,2% do total, consumiram 5,8% a mais no acumulado de 2012, o equivalente a aproximadamente 3.853 GWh.

O mercado cativo cresceu 2,3% no ano de 2012 com consumo total da ordem de 16.157 GWh. Os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. apresentaram consumo de 5.036 GWh em 2012, representando crescimento de 20,6% no comparativo com o ano anterior.

Mas não só em aspectos quantitativos nosso mercado se destaca, Santa Catarina possui o maior nível de consumo per capita de energia elétrica e um dos melhores índices de desenvolvimento econômico e social do Brasil, o que se reflete positivamente na solidez dos nossos indicadores de crescimento. Contamos com um mercado diversificado – espelhando a estrutura produtiva e social catarinense – com significativa participação de todas as classes de consumo, mas com destaque para a residencial e a industrial.

Dos fatores responsáveis pelo crescimento da receita em 2012 podemos destacar o aumento da ordem de 1,5% no consumo de energia elétrica dos consumidores cativos da Celesc Distribuição até o final do terceiro trimestre e a elevação de 12,4% na receita de TUSD em relação ao mesmo período do ano anterior.

Devem-se destacar também, os reajustes tarifários concedidos pela ANEEL à concessionária no período, com impacto médio de +1,19% entre agosto de 2011 e agosto de 2012 e -0,32% a partir de agosto de 2012.

O aumento da demanda, espelhando o modesto crescimento econômico em 2012, reportou incremento de apenas 1,9% no mercado cativo e em 20,7% no mercado livre, que contou com a migração de clientes cativos para o mercado livre.

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2011, a Celesc Geração participou do 11º Leilão de Ajuste, firmando seus primeiros contratos no Ambiente Regulado com duas distribuidoras.

De modo geral, sua receita em 2012 foi condicionada pelos reajustes contratuais, pelo aumento no Preço de Liquidação de Diferenças e por novos contratos. A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes em 2012 foi de 124,00 R\$/MWh.

Em julho de 2011 a Celesc Geração obteve a liberação por parte da Aneel para pôr em funcionamento duas unidades geradoras na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Prata totalizando a potência instalada de 3.000 kW. A PCH Prata integra a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Cia. Energética Rio das Flores, cuja participação da Celesc Geração corresponde a 25%. As atividades do novo empreendimento agregarão 0,75 % à potência instalada da Celesc Geração.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de, o Decreto Presidencial (DP) nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 prevê, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Conforme requerido pela MP no 579 o Grupo protocolou seu pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para as concessões do contrato 56/1999 de Distribuição, e das Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) em 15 de outubro de 2012, abaixo apresentamos as PCHs afetadas pela MP no 579:

Parque Gerador Próprio - Usinas 100% Celesc Geração S.A. alcançadas pela MP nº 579

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Capacidade Futura Estimada (MW)	Energia Assegurada Estimada (MW)	Data prevista de entrada da nova Capacidade	STATUS
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	7/11/2016	24,60	15,13	24,60	15,13	-	-
PCH Bracinho	Schroeder/SC	7/11/2016	15,00	8,00	15,00	8,00	-	-
PCH Garcia	Angelina/SC	7/7/2015	8,92	7,10	8,92	7,10	-	-
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	7/11/2016	8,40	6,75	11,90	8,33	abril/2015	Projeto Básico
PCH Salto	Blumenau/SC	7/11/2016	6,28	5,25	40,00	22,40	outubro/2015	Licença ambiental Prévia em Julho/12
PCH Pery	Curitibanos/SC	9/7/2017	4,40	4,00	30,00	16,80	Abril/2013	Projeto Básico
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	7/7/2015	2,60	1,81	12,00	6,72	abril/2015	Projeto Básico
Total - MW			70,20	48,04	142,42	84,48		

(*) Usinas com potência inferior a 1 MW estão dispensadas do ato de Concessão.

As PCHs que possuem potência inferior a 1MW e prazo de concessão depois de 2017 não foram alcançadas pela MP 579/2012, conforme apresentado abaixo:

Parque Gerador Próprio - Usinas 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Capacidade Futura Estimada (MW)	Energia Assegurada Estimada (MW)	Data prevista de entrada da nova Capacidade	STATUS
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	23/11/2021	5,40	3,80	12,60	7,06	outubro/2014	Licença ambiental Prévia em abril/12
PCH Caveiras	Lages/SC	10/7/2018	3,83	2,77	13,83	7,74	abril/2015	Projeto Básico
PCH Pirai	Joinville/SC	7/11/2016	0,78	0,45	2,00	1,12	sem data prevista	Projeto Básico
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	9,00	5,04	abril/2015	Projeto Básico
CGH São Lourenço	Mafrá/SC	(*)	0,42	0,20	0,42	0,20	-	-
Total - MW			10,95	7,72	37,85	21,16		

(*) Usinas com potência inferior a 1 MW estão dispensadas do ato de Concessão.

Em respeito ao prazo legal estatuído pela medida provisória consignou pedido pela renovação condicionada das concessões em 15 de outubro de 2012, através de processos apartados, tendo em vista, principalmente, a condição específica da unidade de Pery, com obras em andamento para projeto de repotenciação, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 3.688, publicado no Diário Oficial da União nº. 201, de 17 de outubro de 2012. No último dia 23 de outubro 2012 a ANEEL, através do Despacho nº. 3.327 (Processo no 48100.001152/1996-71), resolveu por: recomendar a prorrogação da concessão das Usinas Hidrelétricas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Bracinho, Garcia, Cedros, Salto, Ivo Silveira e Palmeiras, requerida pela Celesc Geração S.A., nos termos da Medida Provisória nº 579, de 2012; recomendar a prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica Pery, estabelecendo que (a) nos primeiros vinte anos, ficará submetido ao regime de cotas da Medida Provisória nº 579, de 2012, apenas o montante de energia correspondente à potência anterior à ampliação da usina, ou seja, 4 MW, ao passo que o montante correspondente à ampliação, ou seja 26 MW, poderá ser comercializado livremente e (b) nos últimos dez anos, toda a energia da usina será submetida ao regime de cotas. A UHE Pirai possui potência instalada, reconsiderada quando da assinatura do 2º termo aditivo de renovação da concessão em 1999, de apenas 0,78 MW, não restando, portanto, necessária a renovação da concessão, mas, tão somente, registro de operação junto ao regulador.

No dia 01.11.2012, foi publicada a Portaria Interministerial nº 578 MME/MF que define as tarifas iniciais para serem aplicadas as hidrelétricas enquadradas pela MP 579/2012, com base no Custo da Gestão de Ativos de Geração (GAG). Na mesma data também foi publicada a Portaria Interministerial nº 580 MME/MF que define os valores de indenização dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e tributários sobre os valores da indenização e das tarifas produzindo diversos estudos internos que foram submetidos à deliberação de seus órgãos de governança. O Conselho de Administração da Companhia, acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva, deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc Geração, posicionamento ratificado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2012.

A nova conjuntura regulatória implicou na necessidade de avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos, uma vez que pressupõe a entrega das concessões que não serão renovadas, nas respectivas datas contratuais.

Desta forma, a companhia contratou serviços técnico-profissionais, de forma independente, de Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) de acordo com CPC01, do Ativo Imobilizado, por Unidade Geradora de Caixa (parque gerador próprio), que resultou em um ajuste na ordem de R\$ 123,8 milhões (provisão para perda do ativo imobilizado).

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, possui como objeto social a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade em todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Em 2012 a Companhia apresenta redução no seu capital circulante líquido, decorrente do elevado aumento no custo de aquisição do gás natural, o qual, em desacordo com o estabelecido no contrato de concessão, não está sendo totalmente repassado para as tarifas de venda devido a não aprovação da agência reguladora.

Como forma de minimizar os impactos no seu fluxo de caixa, a Companhia obteve reajustes tarifários autorizados pela AGESC para 2012 de 15%, distribuídos nos meses de abril, julho e outubro (5% por reajuste). Adicionalmente, em agosto do corrente ano a Diretoria Executiva decidiu suspender o plano de Fidelidade dado a clientes de grande consumo o que representará um aumento no faturamento para estes na ordem média de 12,5%, contribuindo assim para a melhora no caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Com volume médio de vendas de 1.474 mil m³/dia, o segmento industrial apresentou crescimento de 1,7% (26,9 mil m³/dia) em relação a 2011. Contribuiu para este resultado a incorporação de 11 novos clientes em setores diversos. Destacam-se como principais setores o Cerâmico, Metal Mecânico, Têxtil e Vidros e Cristais.

O mercado automotivo (GNV e GNC), que representou 18,9% das vendas da empresa, teve expansão, em relação a 2011, no número de postos e cidades atendidas, porém, o volume de vendas apresentou uma queda devido a fatores externos que atuaram impactando a dinâmica da cadeia produtiva, tais como, oscilação nos preços praticados ao consumidor e aspectos relacionados à segurança dos veículos movidos a GNV. No final do ano de 2012, Santa Catarina contava com 136 postos em 49 municípios para atendimento a 94.621 veículos com instalação para uso de gás natural, contra 93.350 veículos em 2011.

No mercado comercial, destaca-se o atendimento a 34 novos clientes em 2012, crescimento de 15,4% em relação a 2011, com aplicação em diferentes setores (panificadoras, lavanderias, restaurantes, hospitais, hotéis, motéis, entre outros). Ao final do ano o segmento conta com 255 clientes e representa 0,9% do volume médio de vendas da SCGÁS.

O mercado residencial novamente foi destaque no número de unidades interligadas, passando de 2.365 em 2011 para 3.802 em 2012, totalizando 113 condomínios residenciais nos municípios de Joinville, Florianópolis, Criciúma e Itajaí.

Exercício 2011

O desempenho da economia catarinense foi bastante influenciado pela variação negativa de muitos de seus principais setores industriais a exemplo do moveleiro, têxtil e madeireiro - cujas vendas industriais regrediram de 10 a 20% em relação a 2010.

Desse modo, mesmo com o bom desempenho da construção civil e dos setores de comércio e serviços, os resultados agregados da economia catarinense ficaram abaixo da média nacional.

A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo de energia da classe comercial cresceu em 2011 8,5% - o que foi responsável por compensar o modesto desempenho das outras classes, resultando, ao final de 2011, em um aumento do consumo de energia elétrica de 3,4%.

A receita operacional bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$ 1,7 bilhão no 4T11, elevação de 2,3% na comparação com o quarto trimestre de 2010. No acumulado do ano, o valor foi de R\$ 6,6 bilhões, 5,4% superior ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, mais uma vez, pelo relevante desempenho do mercado de distribuição da Celesc.

Em relação o desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão no 4T11, 0,6% superior ao mesmo período de 2010. Já no acumulado dos 12 meses, este valor foi de R\$ 4,2 bilhões, com crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior.

O aumento da Receita Operacional Líquida no ano é favorecido pelo crescimento do mercado na área de concessão de Distribuição de Energia da Empresa (3,2% em relação a 2010) e aos reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2010 (média de 9,8%) e agosto de 2011 (média de 1,19%). Esse resultado também foi impulsionado pela queda dos custos e despesas operacionais passando de R\$ 3.770 milhões em 2010 para R\$ 3.761 milhões em 2011, tendo como principais fatores de redução do custo com energia comprada em 4,0% e a queda de 6,3% nas despesas com pessoal e atuarial na subsidiária Celesc Distribuição S.A. Tratando-se de volume financeiro, o destaque fica por conta do custo com a energia comprada para revenda na Celesc Distribuição S.A., que em 2010 teve um valor muito elevado em função dos despachos de térmicas e alta do dólar, fator esse que não se repetiu em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia registrou em 2011 um lucro líquido consolidado de R\$ 323,89 milhões, valor 18,42% maior que o registrado em 2010 (R\$273,52 milhões).

• Celesc Distribuição S.A.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 5,37%, comparada à de 2010. O aumento da receita foi acompanhado de redução nos custos operacionais da ordem de 3,34%. Desse modo, mesmo com o aumento das despesas financeiras em 51,74 milhões de Reais, a empresa obteve um lucro líquido em 2011 superior ao de 2010 em 59,35%.

• Celesc Geração S.A.

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de 58,23 milhões de Reais e um lucro líquido de 13,8 milhões de Reais durante o ano de 2011.

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2011, a Empresa participou do 11º Leilão de Ajuste, firmando seus primeiros contratos no Ambiente Regulado com duas distribuidoras.

A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes com base em 2011 é 118,00 R\$/MWh.

Em julho de 2011 a Celesc Geração obteve a liberação por parte da Aneel para pôr em funcionamento duas unidades geradoras na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Prata totalizando a potência instalada de 3.000 kW. A PCH Prata integra a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Cia. Energética Rio das Flores, cuja participação da Celesc Geração corresponde a 25%. As atividades do novo empreendimento agregarão 0,75 % à potência instalada da Celesc Geração.

As vendas no curto prazo em 2011, originadas a partir das sobras energéticas das usinas, reduziram 47% em relação a 2010. Em contrapartida as negociações no longo prazo, mais seguras e rentáveis para a empresa, cresceram 7,16 % em relação a 2010.

• Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

No que respeita às atividades de fornecimento de gás natural desenvolvidas pela SCGAS, não obstante a diminuição da receita devido a um aspecto regulatório-tarifário registrou-se um vigoroso crescimento das vendas médias diárias, que em 2011 atingiram 1.835 mil m³/dia, ante 1.741 mil m³/dia em 2010, representando 5,4% de aumento. Pode-se destacar ainda o crescimento de 6,0% do mercado industrial, 24,4% e 52,9% nos mercados comercial e residencial, respectivamente.

Outro fato bastante positivo relegado à empresa de fornecimento de gás natural é ampliação da Carteira de Clientes: o número de clientes foi ampliado em 47,3%, passando de 1.988 ao final de 2010 para 2.928 em dezembro de 2011, com destaques para os crescimentos de 61,3% no mercado residencial, 12,2% no comercial e 8,2% no industrial.

Por fim, vale ressaltar que tal trajetória de crescimento encontra-se sustentada sobre bases sólidas, uma vez que além de elevada a demanda por gás natural, também se amplia continuamente a rede de distribuição: foram investidos aproximadamente 58,8

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

milhões de Reais, grande parte na construção de 75 km de novas redes de distribuição, ampliando para 956 km a extensão total de redes implantadas pela SCGAS em Santa Catarina.

• Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia realizou em 16 de março de 2011, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nos moldes da Instrução da Comissão de valores Mobiliários CVM nº 476/2009, no valor total de R\$ 75,0 milhões, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos. Sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º mês, contando da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011.

Exercício 2010

O ano 2010 caracterizou-se por uma recuperação parcial das economias mundiais, com um crescimento bastante pronunciado nos países emergentes e em poucos países de economia mais avançada como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Nos demais países industrializados o desenvolvimento no ano foi bastante reduzido.

As autoridades monetárias dos Estados Unidos e o Banco Central Europeu mantiveram uma política expansiva, com manutenção de taxas de juros historicamente mínimas.

No que diz respeito aos mercados financeiros, o desenvolvimento dos índices de ações foi bastante mais díspar. Uma alta significativa na bolsa na Alemanha e uma desvalorização muito acentuada nos papéis italianos e espanhóis.

Na Zona do Euro, em 2010, ao lado do setor bancário, o de utilities foi o único a obter desempenho negativo, em cerca de 8% (Stoxx 600 utilities). No Brasil, ao contrário, o Índice de Energia Elétrica, da Bovespa, registrou uma valorização nominal de quase 12%.

De certo modo, havia no Brasil um conjunto de expectativas favoráveis em relação à recuperação pós-crise financeira de 2007 e 2008, onde o impulso à demanda interna continuou sendo à base do desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho voltou ao dinamismo pré-crise.

A massa salarial cresceu e com ela a confiança para consumir. Os investimentos industriais foram retomados para atender o aquecimento do mercado, especialmente no primeiro trimestre do ano, marcado pelos incentivos fiscais para a compra de veículos e eletrodomésticos. Ao longo do ano, a demanda interna se desacelerou aos poucos e acabou crescendo bem menos do que a produção. No ano, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 7,5%, contra índice negativo de 0,6% em 2009. O ambiente favorável no cenário nacional, também se fez presente em alguma medida na área de atuação da Celesc. Em Santa Catarina, com o reaquecimento do consumo, os investimentos industriais foram retomados. A atividade industrial registrou ritmo forte no primeiro trimestre e depois se acomodou. Com o fim das medidas anti-crise (desoneração de IPI para veículos e linha branca), o Estado terminou 2010 com resultados positivos, mas inferiores à média nacional.

No ambiente regulatório da atividade de Distribuição, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em seis de agosto de 2010, publicou no Diário Oficial da União – DOU, a Resolução Homologatória nº 1.037, estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição no período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011. Tais tarifas foram reajustadas, em média,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

16,75%, sendo 9,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,50% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 9,85% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A receita operacional líquida consolidada (ROL) manteve sua trajetória de crescimento, apresentando no acumulado de 2010, evolução de 15,39% em relação a 2009 totalizando R\$4.036 milhões.

No ano de 2010, As despesas operacionais consolidadas, que refletem as despesas administrativas e com vendas, acumularam nos doze meses de 2010, o valor de R\$392,1 milhões, representando queda de 24,9% em relação ao mesmo período de 2009.

Tal variação expressiva decorre, basicamente: (i) da base de comparação, ou seja, em 2009 haviam sido contabilizados como despesa a baixa do ativo constituído como “Energia Livre” de aproximadamente R\$40 milhões; (ii) a reavaliação do risco de contingências judiciais que resultaram na reversão de provisões passivas. Destaca-se a reversão de R\$28 milhões com base na última avaliação de risco efetuada por escritório habilitado para o acompanhamento do processo que se refere à compensação de créditos decorrentes da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS prevista no art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, onde a possibilidade de perda do direito foi reclassificada como remota, tendo em vista que a matéria encontra-se pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

O resultado das atividades obteve crescimento extraordinário da ordem de 237,03% em relação ao exercício de 2009, proveniente da constituição da reversão de provisões. Em função disso, o EBITDA acumulado da Celesc foi de R\$421,6 milhões em 2010. A expectativa da Diretoria é de que as diversas ações efetivadas visando à redução dos custos e o incremento da eficiência operacional permitirá ao Grupo Celesc buscar uma trajetória mais crescente na geração operacional de caixa.

Em 2010, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$273,5 milhões (aumento de 120% em relação a 2009) reflexo, principalmente, dos resultados de suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. (R\$180,3 milhões), Celesc Geração S.A. (R\$22 milhões) e SCGAS (R\$80,7 milhões).

• Celesc Distribuição S.A.

Em 2010, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2010 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto com impacto médio de 9,85%, onde índice determinado pela ANEEL incidiu de forma diferenciada para as diversas classes de consumidores da Empresa. Os consumidores ligados em Baixa Tensão tiveram impacto médio 8,94% em suas contas de energia elétrica. Os consumidores ligados em Alta Tensão tiveram impacto médio de 10,89%.

A evolução da receita foi suficiente para cobrir o aumento dos custos e despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes, como principalmente pelos gastos com energia comprada no 2º semestre de 2010, fruto dos despachos de termoeletricas e consequente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, bem como, a variação da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, que registrou crescimento de 44% e o reconhecimento dos custos de construção que somaram 376,2 milhões.

• Celesc Geração S.A.

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$61,8 milhões, 7,1% maior que o ano anterior, como principais fatos, o volume pluviométrico acima da média registrado durante o período nas bacias das usinas, aliado a melhoria do índice de disponibilidade das unidades geradoras ocasionado pela forte atuação de Manutenção Preventiva, fazendo com que fosse

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

registrado, em 2010, recorde histórico de produção de energia do parque gerador da Celesc Geração. No ano de 2010, foram produzidos 612 GWh, ante média anual de 485 GWh (gigawates-hora) nos últimos três anos.

Devido ao planejamento estratégico de sazonalização de Garantia Física (processo de alocação dos montantes de Garantia Física mensalmente na CCEE, buscando melhorar a receita através da previsão de preços de energia, considerando a energia comprometida em contratos existentes e flexibilidades contratuais) realizado pela equipe técnica da Divisão de Engenharia e Regulação – DVER foram alocados 105% do montante da Garantia Física para o segundo semestre de 2010, cujo valor previsto de PLD seria mais elevado devido ao período seco da região Sudeste/Centro Oeste, mantendo-se apenas 95% da Garantia Física no primeiro semestre, onde a previsão apontava preços de energia menores até mesmo registrando valores de PLD mínimo.

Com a concretização da previsão, foi registrado no segundo semestre um aumento significativo no preço da energia elétrica no mercado livre (PLD), elevando o valor médio dos leilões de curto prazo ocorridos neste período, fazendo com que o montante de 105% de Garantia Física alocado para este período aumentasse a receita.

Ainda, o montante de 95% alocado no primeiro semestre, que teve registro de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD mínimos resultou em menor sobra para a venda de curto prazo, aumentando a receita para este período. Por outro lado, o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$25,1 milhões em 2009 para R\$28,1 milhões em 2010, reflete os efeitos da estruturação administrativa da Empresa. Além disso, o crescimento dos gastos não gerenciáveis, em 8,7%, principalmente pelo encargo do uso da rede elétrica. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$22,0 milhões, 1,5% maior do que o apurado em 2009 (R\$21,7 milhões).

• Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

A SCGAS distribuiu, até dezembro de 2010, 636 milhões de metros cúbicos de gás natural. A partir das nove unidades denominadas "Estações de Recebimento – ER", a Companhia fornece o gás natural às suas 1.988 unidades consumidoras, por meio de 883 km de rede de distribuição.

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2010, no valor de R\$80,7 milhões, foi 21% superior ao registrado em 2009 de R\$66,8 milhões, e representa incremento de R\$13,7 milhões no resultado da Celesc.

A receita da SCGAS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2010, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$453,3 milhões o que representa um crescimento de 2,40% em relação ao exercício de 2009. O resultado financeiro da SCGAS em 2010 foi positivo em R\$4,7 milhões

• Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE

Em 2010, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Receita Operacional Líquida de R\$56,6 milhões e Lucro Líquido de R\$29,5 milhões. O Lucro Líquido é superior em 1,6% ao apresentado em 2009, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2010, o montante de R\$9,1 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

• Valor da Tarifa

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas. Mais de 95% da receita líquida total do grupo refere-se a venda de energia elétrica.

Nesse sentido, a administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores.

A SC Gás teve reajustes tarifários autorizados pela AGESC para 2012 de 5% para os meses de abril, julho e outubro. Em agosto do corrente ano a Diretoria Executiva decidiu suspender o plano de Fidelidade dado a clientes de grande consumo o que representará um aumento no faturamento para estes na ordem média de 12,5%, contribuindo assim para a melhora no caixa da companhia.

Terceira Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 31 de julho de 2012, homologou o processo do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("3º CRTPT") da Celesc Distribuição, estabelecendo o índice de reposicionamento tarifário de +3,99% (efeito econômico), com efeito médio a ser percebido pelo consumidor de -0,32% a partir de 7 de agosto de 2012.

Data	Resolução Homologatória ANEEL	Reajuste tarifário anual econômico	Efeito Médio (consumidores cativos)
4/8/2009	856	4,80%	6,96%
6/8/2010	1.037	9,25%	9,85%
5/8/2011	1.183	1,58%	1,19%
7/8/2012	1.322	3,99%	-0,32%

Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579. Em 14.09.2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 prevê, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conforme requerido pela MP 579, a Companhia protocolou seu pedido de prorrogação em 19 de setembro de 2012 para o contrato de concessão 56/1999 da Celesc Distribuição, ratificando a intenção manifestada no mês de junho junto ao órgão regulador – Agência Nacional de Energia Elétrica.

• Ambiente de Contratação livre

O mercado cativo de energia elétrica da Celesc Distribuição S.A. encerra o ano de 2012 num patamar praticamente igual ao alcançado em 2011. São as migrações para o Ambiente de Contratação Livre as responsáveis por essa queda, visto que foi verificada uma baixa no consumo de energia elétrica de -4,9% na comparação do ano de 2012 com 2011 na classe industrial consumo industrial cativo. Observa-se que esta tendência também está presente na classe comercial, porém com menor intensidade. Importante salientar que com a redução média de 18% na tarifa da Celesc Distribuição S.A. esta situação poderá ser revertida ou ao menos contida.

O mercado livre de energia elétrica, ambiente em que os consumidores podem escolher seus fornecedores do insumo, representa cerca de 25% da energia total distribuída pela Celesc. Até o terceiro trimestre, o volume de energia consumida nesse mercado foi 17,2% maior do que o verificado no mesmo período do ano anterior. A possibilidade de escolher produtos específicos a cada perfil de consumo combinando preços diferenciados vem contribuindo para o aumento do número de clientes livres.

Em 2011, porém, deu-se o contrário, estando o mercado cativo em patamar inferior relativamente a 2010. Migrações para a Área de Contratação Livre são responsáveis por essa queda, visto que foi verificada uma baixa no consumo de energia elétrica de -2,4% na comparação do ano de 2011 com o de 2010, enquanto que o mercado na área de concessão apresentou resultado positivo de 3,4% na comparação do mesmo período.

Em 2010, o desempenho (físico) do mercado na área de concessão da Celesc Distribuição, incluindo mercados cativo e livre e perdas, registrou expansão de 7,4% em relação ao resultado de 2009, totalizando 20.950 GWh (gigawates-hora) e ficando acima da variação da carga do Sul do país.

• Perdas Regulatórias

De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc D a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40% (ante 7,73% do ciclo anterior). Desse total, 6,35% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,05% às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2012, as perdas globais representaram 6,98% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,05% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2010) e 0,93% correspondentes às perdas não técnicas.

• Preço da Energia

O preço da energia comprada para a revenda representa um dos maiores custos para as Centrais Elétricas de Santa Catarina, através da subsidiária integral de distribuição. Em 2012, baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas ensejou o acionamento das térmicas tendo como consequência o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e o custo com a compra de energia como um todo, considerando a composição de térmicas em nosso portfólio de contratos de energia.

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de Janeiro de 2001, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação dos Itens da Parcela A – CVA como a conta contábil destinada a registrar as variações nos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários. Com a adoção do IFRS, o resultado da Companhia não reflete mais os diferimentos da CVA, no entanto, a apuração continua sendo realizada para atender às exigências da ANEEL.

Desse modo, mesmo que parte dos prejuízos incorridos serão compensados pela tarifa na próxima revisão, logo, a despeito do resultado contábil, o preço da energia comprada deve ter efeito econômico neutro, embora exija, como de fato exigiu em 2012, excessivos recursos de caixa.

• SCGás: Tarifas e preço do petróleo

Em 2012 a Companhia apresenta redução no seu capital circulante líquido, decorrente do elevado aumento no custo de aquisição do gás natural, o qual, em desacordo com o estabelecido no contrato de concessão, não está sendo totalmente repassado para as tarifas de venda devido a não aprovação da agência reguladora.

Como forma de minimizar os impactos no seu fluxo de caixa, a Companhia obteve reajustes tarifários autorizados pela AGESC para 2012 de 15%, distribuídos nos meses de abril, julho e outubro (5% por reajuste). Adicionalmente, em agosto do corrente ano a Diretoria Executiva decidiu suspender o plano de Fidelidade dado a clientes de grande consumo o que representará um aumento no faturamento para estes na ordem média de 12,5%, contribuindo assim para a melhora no caixa da Companhia.

Em 2011 a SCGÁS manteve um aumento no volume vendas e expandiu a rede de distribuição de gás natural e o número de municípios atendidos, demonstrando o compromisso de seus empregados, administradores e acionistas em ampliar o acesso da sociedade catarinense a essa importante infraestrutura.

A empresa enfrentou no ano passado um grande desafio que foi o forte aumento observado no custo de aquisição do Gás Natural – GN, decorrente a precificação estabelecida no contrato de suprimento. Tal aumento foi de 49,5% impactado principalmente pela alta das cotações do petróleo no mercado internacional. Paralelamente à crise econômica mundial afetou consideravelmente a economia catarinense principalmente o setor industrial dificultando os repasses do aumento do custo do gás natural para a tarifa de venda.

Apesar das adversidades, os resultados apresentados demonstraram o alinhamento das ações da SCGÁS com sua missão de dotar o Estado de Santa Catarina com rede de gasodutos, distribuir e fomentar a utilização de gás, com a visão de estar presente em todas as regiões do Estado com padrão de excelência sob a ótica do cliente.

Estima-se que as margens se tornem mais altas à medida que novos projetos de geração e fornecimento de gás entrem em operação.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

• Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, a Centrais Elétricas de Santa Catarina é basicamente afetada pela conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos, ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da "Parcela A", ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

• Classe Residencial e Comercial

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

• Classe Industrial

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial é a que maior alteração – e retração – apresenta em casos de crises econômicas, nacionais e mundiais.

Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, agroindustrial, alimentício, metal-mecânico e cerâmico.

• Efeitos localizados na Companhia

Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambiguidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.

Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulante, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

Segundo análises de sensibilidade realizada pela contabilidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma variação de 4,64 pontos percentuais em relação ao cenário mais provável do CDI podem ocasionar uma variação de cerca de 14% sobre o saldo conjunto dessa três contas.

• Efeitos da taxa de juros

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2011, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

• Efeitos da taxa de câmbio

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

Apesar disso, o preço do dólar pode impactar, entretanto, o preço da energia comprada, visto que a energia de Itaipu é referenciada em dólar e participa em média com 20% do mix da Celesc Distribuição.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A taxa de câmbio tem ainda o efeito de influenciar setores industriais catarinense, como a exemplo de 2011, quando desfavoreceu alguns setores como o setor têxtil. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

• Efeitos da inflação

O setor elétrico conta com reajustes periódicos que tendem a evitar maiores impactos derivados da inflação.

A distribuição de gás conta com mecanismos semelhantes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, quando a companhia assumiu o controle da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina.

A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de 1,62% do capital total.

Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros 9,26% do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

• Celesc Geração

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado. Através da Chamada Pública nº. 001/2008 a Celesc Geração S.A. busca participar de Sociedades de Propósito Específico – SPE para implantação de novos projetos de PCHs.

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética. No mês de outubro foi divulgada a Chamada Pública 001/2012 em substituição à Chamada Pública 001/2008. Esta nova chamada tornou pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento, que estejam alinhadas a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A empresa já participa de Sociedades de Propósito Específico que viabilizam novos empreendimentos onde a Celesc Geração detém participação minoritária. A tabela abaixo apresenta as principais características desses empreendimentos e respectivos estágios:

Novos Empreendimentos - Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Energia Assegurada (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42	EM OPERAÇÃO	Operação iniciada em Agosto/11
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,75	0,46		Operação iniciada em Maio/12
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,90	0,44		Operação iniciada em Setembro/12
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	6,12	32,5%	3,12	1,99	agosto/ 2013	Construção
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	5,52	32,5%	2,99	1,79	2014	Projeto Básico
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	6,00	30,0%	3,00	1,80	2015	Projeto Básico
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,07	3,60	40,0%	2,43	1,44	2015	Obtenção de financiamento
Total - MW		44,47	26,52		13,94	8,34		

c. eventos ou operações não usuais

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01.01.2011. A observação dos procedimentos prescritos e aprovados por Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

O principal impacto da adequação das demonstrações financeiras da Celesc ao IFRS aparece na interpretação do IFRIC12/ICPC01, norma que permite às concessionárias de serviços públicos cobrarem, do poder concedente, o uso da infraestrutura resultante dos contratos de distribuição, transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado. A medida refletiu em aumento de R\$259,5 milhões no resultado do Grupo em 2009 e na redução de R\$17,3 milhões no resultado de 2010.

Em 2010, o resultado financeiro do Grupo recebeu incremento de cerca de R\$ 16 milhões, ao refletir o valor justo do investimento junto à coligada CASAN - Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina, da qual detém 15,76% de participação acionária.

Por outro lado, a composição do balanço de abertura em IFRS (ICPC 00) promoveu aumento no patrimônio da Celesc Geração em virtude da aplicação do valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado. Os reflexos foram percebidos em 2009 e 2010, com o aumento da depreciação e consequentemente redução do resultado econômico do Grupo em aproximadamente R\$3 milhões no exercício de 2009 e no exercício de 2010.

A Empresa está adotando os dispositivos da Lei nº. 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº. 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade ("IFRS").

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Devido às Centrais Elétricas de Santa Catarina atuarem em um setor regulado, coberto por contratos de concessão de serviço público de energia elétrica e de gás natural, práticas diferenciadas de contabilização dos ativos de concessão deverão ser adotadas - o que causa impacto mais significativo nos Relatórios Financeiros.

• Aplicação dos CPCs 37 e 43 do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs, tendo a companhia aplicado os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 em sua preparação.

A data de transição foi 1º de janeiro de 2009, quando a administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFR. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

A companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009 - data de transição.

(b) Isenção do valor justo como custo presumido

A companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009.

(c) Isenção do benefício a empregados

A companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009.

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"), exceto pelas premissas atuariais (Nota 30.2.1).

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nas áreas de contabilização de hedge, reversão de ativos e passivos financeiros e participação de não controladores.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**• Conciliação entre BR GAAP e IFRS**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição para o exercício de 2010.

(a) Consolidação

De acordo com a adoção inicial do IFRS/CPCs, a companhia passou a realizar a consolidação proporcional de investimentos controlados em conjunto que no BR GAAP antigo eram consolidados integralmente e/ou por equivalência patrimonial.

(b) Laudo de avaliação do imobilizado

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado de sua controlada Celesc Geração. O laudo de avaliação do imobilizado realizado em 1º de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R\$ 261.572, um aumento de R\$ 227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$ 33.928. O aumento em 31 de dezembro de 2009 representava R\$ 223.011. Bem como uma redução do resultado em 2009 de R\$ 4.633.

(c) Contratos de concessão

Em decorrência da adoção da interpretação do IFRIC12/ICPC01, referente às concessionárias de serviços públicos, e resultante dos contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado, que permite ao Grupo o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura do poder concedente, o Grupo reconheceu:

- um ativo financeiro indenizatório correspondente ao valor devido pelo concedente ao Grupo, que será liquidado durante ou ao final da concessão de forma direta ou indireta;
- um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e gás natural.

Desse modo, o ativo financeiro indenizatório reconhecido inicialmente pelo valor justo foi classificado pelo Grupo como recebível e remensurado subsequentemente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.

O ativo intangível está reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão. O reconhecimento inicial foi realizado segundo critérios previstos no CPC04/IAS 18, divergente das práticas contábeis anteriores. Desta forma, foram considerados os efeitos da economia hiperinflacionária de 1996 e 1997, excluídos os gastos administrativos, além da capitalização de juros de acordo com as novas práticas e apresentação das obrigações vinculadas à concessão como redutora do custo de formação do intangível.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete um aumento de R\$ 279.196 em 1º de janeiro de 2009 e de R\$ 259.501 em 31 de dezembro de 2009, bem como uma redução do resultado de 2009 em R\$ 17.320.

Adicionalmente o Grupo reconheceu em suas demonstrações do resultado as receitas e as despesas correspondentes às construções e melhorias da infra-estrutura dos bens da concessão de acordo com o previsto no CPC17/IAS11.

(d) Ágio

Desde 1º de janeiro de 2009, os ágios gerados pela aquisição de controladas em conjunto não estavam sendo amortizados. De acordo com IAS 38 os intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados. Assim, o saldo residual do ágio a partir de 1º de janeiro de 2009 passou a ser amortizado pelo prazo remanescente dos contratos de concessão das controladas em conjunto. O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas refletiu uma redução no montante de R\$ 1.528 no resultado de 2009.

(e) Ativos e passivos regulatórios

Até 2009, a controlada Celesc Distribuição reconhecia nos termos do BRGAAP antigo as diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos como ativos e passivos regulatórios. Uma vez que ativos e passivos regulatórios não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos e passivos de acordo com as IFRS/CPCs a realizou-se a baixa de seus ativos e passivos regulatórios.

O efeito do reconhecimento dessa diferença de prática reflete uma redução em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 135.386 e em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 68.284, bem como um aumento no resultado de 2009 de R\$ 67.102.

(f) Ajustes de investimentos

Dois investimentos, em consonância com BRGAAP antigo, eram tratados a custo histórico: a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e Dona Francisca Energética S.A. (DFESA). Em atendimento às novas práticas contábeis, o Grupo mensurou o investimento na CASAN pelo valor justo de acordo com o CPC38/IAS39 e o investimento na DFESA pelo método da equivalência patrimonial. Tais atos resultaram em aumento nos ativos de R\$ 46.506 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 56.125 em 31 de dezembro 2009, além de aumento no resultado de R\$ 9.619 em 2009.

(g) Gastos com serviços em curso

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo, o Grupo adotava como prática contábil a capitalização de gastos de manutenção no ativo circulante até a finalização do serviço.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A aplicação da norma segundo a qual gastos de manutenção que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devam ser lançados como despesa imediatamente; resultou na redução nos ativos de R\$ 11.576 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 132 em 31 de dezembro 2009, bem como no aumento no resultado em 2009 de R\$ 11.444.

(h) Benefícios a empregados

O Grupo reavaliou as suas premissas atuariais para determinar o passivo atuarial para a primeira adoção das IFRS. A aplicação dessas novas premissas atuariais e da adoção do CPC33/IAS19 resultou no aumento do passivo em R\$ 409.052 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 487.411 em 31 de dezembro 2009, reduzindo o resultado em R\$ 78.359 no exercício de 2009.

(i) Juros sobre capital próprio e dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos vinham sendo reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorreria no exercício seguinte. Em cumprimento a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, ou seja, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 15.736 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarado após 1º de janeiro de 2008. Igualmente, o montante de R\$ 10.102 de 31 de dezembro de 2008 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(k) Imposto e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam R\$ 16.720 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 24.120 em 31 de dezembro de 2009, R\$ 7.400 no resultado do exercício de 2009.

Adicionalmente o Grupo reavaliou os impostos e contribuições sociais diferidos, registrados nos temas do BR GAAP antigo para atendimento ao CPC 32/IAS 12, resultando na redução de R\$ 8.894 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 5.504 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$ 3.390 em 2009.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No que respeita ao Parecer dos Auditores Independentes referente às demonstrações do exercício de 2012 e 2011 apenas um parágrafo de ênfase requer comentário. Os auditores independentes destacam que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

As normas IFRS e as normas do CPC exigem que a administração da empresa ao preparar as demonstrações contábeis, realize julgamentos, avaliações e estimativas. Algumas dessas são capazes de influir nos valores estimados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem apresentar divergência significativa em relação às estimativas e julgamentos realizados nas demonstrações contábeis da companhia e de suas controladas. Alguns dos temas e objetos de previsão, avaliação e estimativa são altamente imponderáveis, o que frequentemente obriga a Administração a adotar opiniões qualificadas de especialistas.

Vale ressaltar que alguns temas são capazes de prejudicar as demonstrações financeiras a depender das estimativas adotadas. Nesse sentido, os ativos de longo prazo se colocam em uma posição de especial atenção uma vez que compreendem mais de 70% do total de ativos.

De regra, os saldos demonstrados no balanço patrimonial vinham tomando por base custos históricos, líquidos de depreciação e amortização. A CPC 01, entretanto, obriga a sua reavaliação, a fim de verificar se os respectivos valores contábeis são compatíveis com seus rendimentos futuros esperados. Uma vez que tal condição não se verifique é forçoso o reconhecimento da perda total ou parcial.

Tal avaliação, entretanto, baseia-se sobre a estimativa dos fluxos de caixa futuros que lhes são decorrentes.

De modo geral, essa avaliação e estimativa é feita considerando-se premissas sobre o comportamento do mercado e condições gerais, inclusive regulatórias e outras operações futuras. Mudanças no quadro de previsões e estimativas forçariam a companhia a reconhecer perdas por desvalorização em períodos futuros.

Os aspectos contábeis considerados críticos provenientes de julgamentos, estimativas e políticas contábeis encontram-se explicitados em nota explicativa, nas demonstrações financeiras.

Com muita diligência e frequência estimativas e julgamentos são revisados. Nas demonstrações contábeis os tópicos com maior influência de estimativas e julgamentos são:

- **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

- **Impairment de ativos financeiros disponíveis para a venda**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina não reconheceram em seu patrimônio líquido as reduções ao valor justo de tributos sobre o lucro, benefícios a empregados e *impairment* de ágios por considerarem insignificantes seus resultados.

• Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

• Contingências

O Grupo atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

• Impairment de ativos não financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.

Em matéria de controle interno o grupo dispõe de áreas adequadas com a missão de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, assegurando o cumprimento das normas internas e externas.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina tem suas contas auditadas tanto pela auditoria independente, quanto pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além, naturalmente, pelos competentes órgãos reguladores Federal (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL) e Estadual (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC).

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três exercícios anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet itens):

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada;

No decorrer do ano de 2011 transcorreram as obras civis e início da montagem eletromecânica para ampliação da PCH Pery, da Celesc Geração. Localizada em Curitiba, a usina tem potência instalada de 4,4 MW e passará a contar, após a conclusão da repotenciação, com capacidade de 30 MW. O início da operação comercial está previsto para abril/13.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Não existem itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2012

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A expectativa de aumento da receita com a conclusão e entrada em operação da PCH Pery será de 1,4 milhões mensais.

b) natureza e o propósito da operação;

Geração e Venda de energia elétrica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

As obrigações oriundas e direitos gerados se equivalem